



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 40, DE 2020

Acrescenta dispositivo ao artigo 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências, para vedar a subordinação do pagamento da taxa de licenciamento ao pagamento de quaisquer outras espécies tributárias ou penalidades decorrentes do veículo.

Autor: Deputado ALEXANDRE FROTA

Relator: Deputado NICOLETTI

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Alexandre Frota, pretende alterar a Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, para vedar a subordinação do licenciamento ao pagamento de quaisquer outras espécies tributárias ou penalidades decorrentes do veículo.

O autor argumenta que o recolhimento de tributos, encargos e multas de trânsito vinculadas ao veículo como requisito para o seu licenciamento representa uma afronta normativa ao ordenamento jurídico pátrio, em especial ao artigo 164, §1º do Código Tributário Nacional, onde “existe uma vedação expressa para a subordinação do pagamento de um tributo ao pagamento de outra espécie tributária, de penalidade ou até mesmo ao cumprimento de obrigações acessórias”.



* C D 2 5 1 0 6 7 0 0 6 0 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nicoletti – UNIÃO/RR

Acrescenta que a redação atual do CTB impõe “verdadeiro confisco do veículo dos contribuintes como forma de forçar o pagamento de imposto”.

Ao final, destaca que a taxa de licenciamento não objetiva arrecadação, mas possui natureza de fiscalização, e que a Carta magna não admite imposto que resulte em confisco

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de projeto de lei que visa vedar a subordinação do pagamento da taxa de licenciamento ao pagamento de quaisquer outras espécies tributárias ou penalidades decorrentes do veículo.

O autor discorre que a subordinação do licenciamento do veículo ao pagamento de tributos, encargos e multas de trânsito viola o ordenamento jurídico e impõe um “verdadeiro confisco do veículo dos contribuintes como forma de forçar o pagamento de imposto”.

Destaca que a taxa de licenciamento não possui natureza arrecadatória, mas sim de fiscalização, em razão do poder de polícia do Estado.

Nesse sentido, o autor propõe a alteração do artigo 131 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer, no § 2º, que o veículo será considerado licenciado quando estiver com os débitos relativos à taxa de licenciamento quitados, assim como vedar a subordinação do pagamento da taxa de licenciamento a quaisquer outras espécies tributárias ou penalidades decorrentes do veículo, no § 4º.

Entendemos que a proposta é relevante e oportuna. De fato, a vinculação do licenciamento de um veículo ao pagamento de tributos e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nicoletti – UNIÃO/RR

penalidades viola o disposto na Lei nº 5.172, de 1966, que institui o Código Tributário Nacional, que assim dispõe:

“Art. 164. A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I - de recusa de recebimento, ou **subordinação dêste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;**” (grifo nosso)

É importante destacar, ainda, que muitas vezes o condutor ou proprietário, durante uma fiscalização de trânsito que identifica o licenciamento em atraso, realiza o pagamento da taxa de licenciamento e demais débitos vinculados ao veículo e, mesmo assim, possui seu veículo recolhido simplesmente por falta de um sistema ágil e unificado entre os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito que permita identificar a regularização do pagamento pelo agente de trânsito.

Essa falta de integração representa um grande prejuízo ao cidadão, impondo um recolhimento desnecessário e contrário à lei, diante da regularização devidamente realizada durante o ato de fiscalização, deixando-o sem seu veículo por um erro do próprio Estado.

A Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, que trata da racionalização de atos e procedimentos administrativos na relação entre o Estado e os cidadãos, estabelece em seu artigo 3º:

“Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

.....
§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nicoletti – UNIÃO/RR

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.” (grifo nosso)

Nesse sentido, propomos um texto substitutivo que realiza pequenos ajustes relacionados à numeração dos parágrafos, em razão de alterações do Código de Trânsito Brasileiro posteriores ao protocolo do presente Projeto, assim como estabelece o não recolhimento do veículo por falta de licenciamento quando o responsável pelo veículo realize o pagamento da taxa de licenciamento durante a fiscalização de trânsito, com o comprovante de pagamento, acompanhado do respectivo boleto emitido pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal onde o veículo é licenciado, válido para comprovar a quitação.

Diante do exposto, no que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, votamos pela APROVAÇÃO, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 40, de 2020, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em _____ de abril de 2025.

Deputado NICOLETTI
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nicoletti – UNIÃO/RR

Apresentação: 09/04/2025 13:19:08,663 - CVT
PRL 3 CVT => PL 40/2020

PRL n.3

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N° 40, DE 2020

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a subordinação do pagamento da taxa de licenciamento ao pagamento de quaisquer outras espécies tributárias decorrentes do veículo, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para vedar a subordinação do pagamento da taxa de licenciamento ao pagamento de quaisquer outras espécies tributárias ou penalidades decorrentes do veículo.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 131.

.....
§ 2º O veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos à taxa de licenciamento vinculados ao veículo.

.....
§ 8º É vedada a subordinação do pagamento da taxa de licenciamento ao pagamento de quaisquer outras espécies tributárias ou penalidades decorrentes do veículo.

.....
Art. 271.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Nicoletti – UNIÃO/RR

Apresentação: 09/04/2025 13:19:08,663 - CVT
PRL 3 CVT => PL 40/2020

PRL n.3

§ 9º-E. Não caberá remoção por infração ao inciso V do caput do artigo 230 deste Código caso seja realizado o pagamento dos débitos relativos à taxa de licenciamento vinculados ao veículo, sendo o comprovante de pagamento, acompanhado do respectivo boleto emitido pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal onde o veículo é licenciado, válido para comprovar a quitação.

§ 9º-F. Compete aos órgãos ou entidades executivas de trânsito dos Estados e do Distrito Federal onde o veículo é licenciado disponibilizar meios e sistemas que permitam o pagamento, a qualquer momento, da taxa de licenciamento vinculada ao veículo.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de abril de 2025.

Deputado NICOLETTI
Relator

